



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ATA NÚMERO 47/XII/1.ª SL

Aos vinte e oito dias do mês de março de 2012, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho na sala n.º 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 46;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 33/XII (PCP) – Revoga o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, alargando o acesso e repondo critérios mais justos na atribuição dos apoios sociais.
Deputado autor do parecer: João Paulo Pedrosa (PS);
3. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 172/XII (PCP) – Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho.
Deputada autora do parecer: Clara Marques Mendes (PSD);
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) – Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.
Deputada autora do parecer: Mariana Aiveca (BE);
5. Distribuição do Projeto de Lei n.º 202/XII (PCP) – Proíbe a penalização das pensões de reforma em função do limite de idade para a profissão.
Deputado autor do parecer: GP do CDS-PP;
6. Deliberação sobre o escrutínio da seguinte iniciativa europeia:
 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010 [COM(2012)107].
7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, começou por colocar em apreciação a ata n.º 46, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 33/XII (PCP), o qual, submetido à votação – partes I (considerandos) e III (conclusões) – foi aprovado por unanimidade.

No ponto seguinte, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) apresentou o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 172/XII (PCP), cujas partes I (considerandos) e III (conclusões) foram aprovadas por unanimidade.

No quarto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) apresentou o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV), concluindo que a mesma *"não reúne os requisitos constitucionais para ser discutida e votada em plenário"*.

Usou da palavra, em primeiro lugar, o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) para anunciar o voto contra do CDS-PP por no parecer serem confundidos, designadamente, razões e motivos com opiniões pessoais.

Também a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) considerou que, não sendo o parecer apresentado objetivo nem imparcial, o GP do PSD não aceita nem aprova os pontos 2 e 3 das respetivas conclusões. Daí o voto contra.

O Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) observou que o GP do PS não acompanha as conclusões daquele parecer, apesar de também não concordar com a proposta de lei, razão pela qual vota contra.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) informou que, na 1.ª Comissão, o Deputado João Oliveira fez um relatório extenso, que foi chumbado e designado outro relator. A respeito do parecer apresentado pela Deputada Mariana Aiveca, disse que o voto do GP do PCP é favorável.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) lembrou que o direito do trabalho - cuja matriz está bem expressa na Constituição da República Portuguesa - é o ramo do direito que visa proteger a parte mais fraca, ou seja, o trabalhador. Ora, no parecer apresentado apenas é feita a constatação de que, no caso do despedimento por extinção do posto de trabalho, a decisão é do empregador e que, no caso do despedimento por inadaptação, todo o poder é conferido à parte mais forte.

Submetido à votação, foi o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP e do BE.

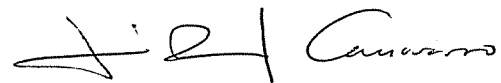
No quinto ponto da Ordem do Dia, foi designada autora do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 202/XII (PCP) a Senhora Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

No ponto seguinte da Ordem do Dia a Comissão deliberou proceder ao escrutínio do RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a execução, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social 2010 [COM(2012)107]. Foi indicada relatora da referida iniciativa europeia a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD).

Em outros assuntos, o Senhor Presidente propôs, e foi aceite por consenso, proceder à audição dos parceiros sociais sobre a Proposta de Lei n.º 46/XII nos próximos dias 3 e 4 de abril.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas onze horas e cinquenta minutos, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

O Presidente,



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 11 de abril de 2012.



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Reunião de 28 de março de 2012

Folha de Presenças

(Ata n.º 47/XII/ 1.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Artur Rêgo
Clara Marques Mendes
Idália Salvador Serrão
João Figueiredo
João Paulo Pedrosa
Jorge Machado
José Manuel Canavarro
Maria das Mercês Borges
Mariana Aiveca
Mário Ruivo
Miguel Laranjeiro
Nuno Sá
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos
Teresa Costa Santos
Vieira da Silva
Maria Conceição Pereira
Maria Helena André
Nilza de Sena

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Joana Barata Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Inês Teotónio Pereira